

A atuação da polícia científica na elucidação do crime.

The role of scientific police in crime solving.

Mayara Alves¹

Rildo José do Nascimento²

João Batista Lindolfo³

Marcos Silva Leles⁴

Resumo

A polícia científica possui papel fundamental na elucidação de crimes por meio da utilização de métodos técnico-científicos voltados à coleta, preservação e análise de vestígios. O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca da atuação da polícia científica na investigação criminal, destacando a importância da perícia criminal, da cadeia de custódia, da genética forense e da inteligência pericial para a produção da prova material. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, desenvolvida com base em artigos científicos, manuais técnicos e publicações institucionais nacionais e internacionais relacionadas às ciências forenses e à investigação criminal. Os resultados demonstraram que a integração entre investigação policial e perícia científica contribui significativamente para a resolução de crimes, especialmente em delitos violentos, crimes sexuais e identificação humana. Observou-se ainda que o avanço tecnológico ampliou a precisão dos exames periciais, sobretudo por meio da análise

¹ Posto de Atendimento da Polícia Técnico Científica – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7623-9685>.

² Posto de Atendimento da Polícia Técnico Científica – Brasil.

³ Posto de Atendimento da Polícia Técnico Científica – Brasil.

⁴ Posto de Atendimento da Polícia Técnico Científica – Brasil.

de DNA, toxicologia, informática forense e inteligência forense. Contudo, persistem desafios relacionados à infraestrutura, capacitação profissional, preservação de vestígios e padronização metodológica. Conclui-se que a polícia científica constitui instrumento essencial para a promoção da justiça, da segurança pública e da confiabilidade das provas produzidas no processo penal.

Palavras-chave: Polícia científica; perícia criminal; investigação criminal; ciências forenses; prova pericial.

Abstract

Scientific police play a fundamental role in solving crimes through the application of technical and scientific methods aimed at the collection, preservation, and analysis of forensic evidence. The present study aimed to conduct a literature review on the role of scientific police in criminal investigations, highlighting the importance of criminalistics, chain of custody, forensic genetics, and forensic intelligence in the production of material evidence. This research is characterized as a qualitative bibliographic study developed based on scientific articles, technical manuals, and national and international institutional publications related to forensic sciences and criminal investigation. The results demonstrated that the integration between police investigation and forensic science significantly contributes to crime resolution, especially in violent crimes, sexual offenses, and human identification. It was also observed that technological advances increased the accuracy of forensic examinations, mainly through DNA analysis, toxicology, digital forensics, and forensic intelligence. However, challenges related to infrastructure, professional training, preservation of evidence, and methodological standardization still remain. It is concluded that scientific police constitute an essential instrument for promoting justice, public security, and the reliability of evidence produced in criminal proceedings.

Keywords: Scientific police; criminalistics; criminal investigation; forensic sciences; forensic evidence.

1 Introdução

A atuação da polícia científica tornou-se indispensável para o funcionamento do sistema de justiça criminal contemporâneo. O avanço das ciências forenses possibilitou maior precisão na

produção da prova material, contribuindo diretamente para a elucidação de crimes e responsabilização de autores.

A perícia criminal é responsável pela aplicação de métodos científicos voltados à análise de vestígios presentes em locais de crime. A partir desses vestígios, torna-se possível reconstruir a dinâmica dos fatos, identificar vítimas, suspeitos e instrumentos utilizados na prática criminosa.

Segundo Rodrigues (2010), a perícia criminal deve ser compreendida como um serviço técnico especializado essencial para o funcionamento da justiça criminal, sendo indispensável para garantir maior confiabilidade às investigações.

Além disso, os avanços tecnológicos permitiram o desenvolvimento de novas metodologias aplicadas à investigação criminal, incluindo genética forense, toxicologia, balística comparativa, informática forense e inteligência pericial.

Nesse contexto, a polícia científica passou a ocupar posição estratégica dentro dos órgãos de segurança pública, atuando de maneira integrada com autoridades policiais e judiciais na busca pela verdade material dos fatos investigados. A utilização de técnicas laboratoriais e métodos científicos proporciona maior objetividade às investigações, reduzindo possibilidades de erros judiciais e fortalecendo a credibilidade das provas produzidas.

A análise pericial também desempenha importante função na preservação dos direitos fundamentais, uma vez que a produção da prova técnica deve ocorrer de forma imparcial, ética e fundamentada cientificamente. Dessa maneira, os laudos periciais tornam-se instrumentos essenciais para subsidiar decisões judiciais e garantir maior segurança jurídica ao processo penal.

Entre os principais setores de atuação da polícia científica destacam-se os exames de local de crime, medicina legal, identificação humana, genética forense, documentoscopia, química forense, informática forense e balística criminal. Cada uma dessas áreas contribui de maneira específica para a produção da prova material e para a compreensão das circunstâncias relacionadas ao delito investigado.

A genética forense, especialmente por meio da análise de DNA, representa um dos maiores avanços das ciências forenses nas últimas décadas. Sua aplicação possibilitou elevado

grau de precisão na identificação humana, tornando-se ferramenta amplamente utilizada na resolução de crimes violentos, crimes sexuais e identificação de cadáveres.

Outro aspecto relevante refere-se à preservação da cadeia de custódia, responsável por assegurar autenticidade, integridade e rastreabilidade dos vestígios coletados. A ausência de procedimentos adequados de preservação pode comprometer a validade da prova pericial e prejudicar o desenvolvimento da investigação criminal.

Apesar dos avanços tecnológicos e científicos, a atuação da polícia científica ainda enfrenta desafios relacionados à insuficiência estrutural, carência de investimentos, déficit de profissionais especializados e necessidade de constante atualização técnica. Além disso, debates éticos envolvendo privacidade genética, imparcialidade pericial e confiabilidade metodológica vêm ganhando destaque na literatura científica contemporânea.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da polícia científica na elucidação de crimes, enfatizando a importância da perícia criminal, dos métodos científicos aplicados à investigação, da cadeia de custódia e dos avanços tecnológicos para a produção da prova técnica no sistema de justiça criminal.

Objetivos e perguntas de pesquisa

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da polícia científica na elucidação de crimes, enfatizando a importância da perícia criminal, da cadeia de custódia, da genética forense e da inteligência pericial para a produção da prova material no sistema de justiça criminal.

Além disso, busca responder às seguintes questões de pesquisa: quais áreas da polícia científica mais contribuem para a elucidação de crimes; quais são os principais desafios estruturais enfrentados pelos órgãos periciais; de que forma a cadeia de custódia influencia a confiabilidade da prova técnica; e quais são os principais debates éticos relacionados à genética forense e à utilização de dados biológicos.

2 Revisão da Literatura

2.1 Polícia científica e investigação criminal

A polícia científica atua diretamente na produção da prova técnica por meio da análise científica dos vestígios encontrados em locais de crime. Sua atuação busca fornecer elementos objetivos capazes de auxiliar autoridades policiais e judiciais na reconstrução da dinâmica criminosa.

Os exames periciais possuem elevada relevância em crimes violentos, crimes sexuais, acidentes, incêndios, delitos cibernéticos e fraudes documentais. A análise adequada dos vestígios pode determinar autoria, materialidade e circunstâncias relacionadas ao delito.

Del-Campo (2008) destaca que o exame do local de crime constitui uma das etapas mais importantes da investigação criminal, uma vez que falhas na preservação da cena podem comprometer totalmente os vestígios disponíveis.

Nesse contexto, a atuação integrada entre polícia judiciária e polícia científica torna-se essencial para garantir maior efetividade investigativa. A coleta adequada de evidências físicas e biológicas permite que os exames laboratoriais sejam realizados com maior precisão e confiabilidade científica.

A perícia criminal também desempenha importante função na redução de erros judiciais, uma vez que a prova técnica possui caráter objetivo e fundamentado em metodologias científicas. Diferentemente de provas exclusivamente testemunhais, os vestígios materiais permitem análises imparciais capazes de fortalecer a materialidade delitiva.

Segundo Rodrigues (2010), a prestação de serviços periciais deve ocorrer com eficiência, rapidez e elevado rigor técnico, considerando que os resultados produzidos influenciam diretamente investigações policiais e decisões judiciais.

Além disso, a evolução das ciências forenses ampliou significativamente as áreas de atuação da polícia científica, incluindo balística, química forense, genética molecular, informática forense, documentoscopia e medicina legal. Essas especialidades contribuem para o esclarecimento de crimes cada vez mais complexos e tecnologicamente sofisticados.

Outro aspecto relevante refere-se à credibilidade social da prova pericial. A atuação técnica e imparcial dos profissionais da polícia científica fortalece a confiança da sociedade no sistema de justiça criminal e contribui para maior segurança jurídica durante a persecução penal.

2.2 Cadeia de custódia e preservação de vestígios

A cadeia de custódia corresponde ao conjunto de procedimentos destinados à preservação e rastreabilidade dos vestígios coletados durante a investigação criminal. Sua finalidade é garantir autenticidade, integridade e confiabilidade da prova pericial.

Estudos demonstram que falhas na preservação de vestígios representam uma das principais causas de comprometimento da prova técnica. A contaminação ou perda de evidências pode inviabilizar exames laboratoriais e comprometer a investigação.

Com a Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, a cadeia de custódia passou a possuir regulamentação mais específica no ordenamento jurídico brasileiro.

A preservação adequada da cena do crime constitui etapa indispensável para garantir eficiência dos exames periciais. Qualquer alteração indevida no ambiente pode comprometer vestígios importantes e dificultar a reconstrução dos fatos investigados.

Segundo Silva et al. (2022), muitos vestígios forenses deixam de ser adequadamente preservados em razão da ausência de treinamento técnico específico e do acesso indevido de pessoas não autorizadas aos locais de crime.

A cadeia de custódia envolve diversas etapas, incluindo reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento e armazenamento dos vestígios. Cada procedimento deve ser devidamente documentado para assegurar a rastreabilidade completa da prova.

A adoção de protocolos padronizados de preservação de evidências contribui significativamente para redução de questionamentos judiciais relacionados à validade da prova

técnica. Dessa forma, a cadeia de custódia fortalece a confiabilidade do processo penal e garante maior transparência às investigações criminais.

Além disso, a correta preservação dos vestígios permite utilização futura de novas tecnologias periciais, possibilitando reanálises laboratoriais em casos de revisão criminal ou surgimento de novos métodos científicos.

2.3 Genética forense e análise de DNA

A genética forense revolucionou a investigação criminal ao permitir a identificação humana com elevado grau de precisão. Vestígios biológicos como sangue, saliva, sêmen e cabelos podem ser submetidos à análise genética.

O uso de bancos de perfis genéticos ampliou significativamente a capacidade de resolução de crimes violentos e identificação de pessoas desaparecidas.

Apesar dos avanços, o uso de bancos genéticos também desperta debates relacionados à privacidade, proteção de dados e limites éticos da utilização de informações biológicas.

A análise de DNA tornou-se uma das ferramentas mais confiáveis das ciências forenses contemporâneas devido à elevada precisão dos resultados obtidos. Em muitos casos, os exames genéticos são capazes de estabelecer vínculos biológicos praticamente incontestáveis entre suspeitos, vítimas e locais de crime.

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), os bancos nacionais de perfis genéticos têm contribuído significativamente para identificação de autores de crimes sexuais, homicídios e desaparecimentos de pessoas.

Além da investigação criminal, a genética forense também possui aplicação em identificação de cadáveres carbonizados, vítimas de desastres em massa e reconhecimento de restos mortais em avançado estado de decomposição.

O avanço das técnicas moleculares permitiu maior sensibilidade analítica, possibilitando exames a partir de quantidades mínimas de material biológico. Essa evolução tecnológica ampliou consideravelmente as possibilidades investigativas da polícia científica.

Entretanto, especialistas apontam preocupações relacionadas ao armazenamento prolongado de dados genéticos, proteção da intimidade dos indivíduos e eventual utilização indevida das informações biológicas coletadas durante investigações criminais.

Dessa forma, torna-se indispensável que a utilização da genética forense ocorra de maneira ética, observando princípios constitucionais relacionados à dignidade humana, privacidade e proteção de dados pessoais.

2.4 Inteligência forense e avanços tecnológicos

Ribaux et al. (2010) defendem que a inteligência forense representa importante estratégia de integração entre investigação policial e análise pericial.

A inteligência forense permite identificar padrões criminais, conexões entre delitos e atuação de organizações criminosas por meio da análise integrada de vestígios.

Áreas como informática forense, entomologia forense, toxicologia e balística passaram a desempenhar papel essencial na resolução de crimes complexos.

O avanço tecnológico ampliou significativamente a capacidade operacional da polícia científica, permitindo análises mais rápidas, precisas e eficientes. Equipamentos laboratoriais modernos e softwares especializados passaram a integrar o cotidiano das investigações criminais.

A informática forense, por exemplo, tornou-se indispensável na investigação de crimes cibernéticos, fraudes eletrônicas, invasões de sistemas e delitos praticados em ambiente virtual. A recuperação de dados digitais permite identificação de autores e rastreamento de atividades ilícitas realizadas em dispositivos eletrônicos.

A toxicologia forense também possui importante papel na identificação de substâncias químicas relacionadas a intoxicações, envenenamentos e uso de drogas ilícitas. Esses exames frequentemente auxiliam investigações envolvendo mortes suspeitas e crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.

A entomologia forense, por sua vez, utiliza o estudo do desenvolvimento de insetos presentes em cadáveres para estimativa do intervalo pós-morte. Essa técnica possui elevada relevância em casos de corpos em estado avançado de decomposição.

Além disso, sistemas informatizados de bancos de dados balísticos, biométricos e genéticos passaram a facilitar compartilhamento de informações entre órgãos de segurança pública, ampliando eficiência investigativa.

A inteligência forense também permite utilização estratégica das informações obtidas nos exames periciais para prevenção criminal, identificação de padrões de reincidência e combate a organizações criminosas estruturadas.

2.5 Aspectos éticos e desafios da atuação pericial

Apesar da importância da polícia científica, diversos desafios ainda dificultam sua atuação plena. Entre eles destacam-se insuficiência de recursos materiais, déficit de profissionais especializados e ausência de padronização metodológica.

Barros et al. (2021) apontam que vieses cognitivos e limitações metodológicas podem influenciar interpretações periciais, comprometendo parcialmente a imparcialidade dos resultados.

A ética profissional constitui elemento indispensável na atuação pericial, tendo em vista o impacto direto dos laudos sobre direitos fundamentais e decisões judiciais.

A imparcialidade representa um dos principais princípios da atividade pericial, exigindo que os profissionais atuem com objetividade, independência técnica e rigor científico durante todas as etapas da investigação.

Entretanto, fatores como pressão institucional, excesso de demanda e limitações estruturais podem comprometer parcialmente qualidade e celeridade dos exames realizados.

Outro desafio relevante refere-se à necessidade de constante atualização profissional. O desenvolvimento contínuo das ciências forenses exige capacitação permanente dos peritos criminais e auxiliares técnicos para adequada utilização de novas tecnologias e metodologias laboratoriais.

Questões éticas relacionadas à privacidade genética, armazenamento de dados biométricos e compartilhamento de informações também vêm ganhando destaque na literatura científica contemporânea.

Segundo Amaral (2023), erros periciais podem resultar em graves consequências jurídicas, incluindo condenações injustas e absolvições indevidas. Dessa forma, torna-se essencial a implementação de mecanismos de controle de qualidade, validação científica e auditoria técnica nos laboratórios forenses.

Além disso, a valorização institucional da polícia científica mostra-se indispensável para fortalecimento das investigações criminais e aprimoramento da segurança pública, considerando que a prova técnica possui papel cada vez mais relevante no processo penal moderno.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória.

Foram analisados artigos científicos, manuais técnicos, documentos institucionais e publicações relacionadas à polícia científica, perícia criminal e investigação forense.

As buscas ocorreram em bases como SciELO, ScienceDirect, Google Scholar e repositórios institucionais.

Para a seleção dos materiais foram utilizados descritores em português e inglês, incluindo os termos “polícia científica”, “perícia criminal”, “investigação criminal”, “ciências forenses”, “genética forense”, “cadeia de custódia”, “vestígios forenses”, “forensic science”, “crime scene investigation” e “forensic evidence”.

Os critérios de inclusão abrangeram publicações relacionadas diretamente à atuação da polícia científica na elucidação de crimes, métodos científicos aplicados à investigação criminal, produção da prova pericial e avanços tecnológicos das ciências forenses. Foram priorizados artigos indexados, documentos institucionais oficiais e trabalhos científicos publicados em periódicos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Também foram utilizados materiais técnicos disponibilizados por órgãos oficiais, como Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça e instituições ligadas às ciências forenses, visando ampliar a fundamentação teórica e técnica do estudo.

Os critérios de exclusão envolveram trabalhos duplicados, publicações sem relação direta com o tema proposto e materiais sem fundamentação científica adequada.

A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar as principais contribuições da polícia científica para a investigação criminal, os avanços tecnológicos aplicados às perícias, os desafios enfrentados pelos profissionais da área e os aspectos éticos relacionados à produção da prova pericial.

A pesquisa não envolveu aplicação de questionários, entrevistas ou experimentação prática, sendo desenvolvida exclusivamente a partir da análise de literatura científica e documental previamente publicada.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, o estudo não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposições aplicáveis às pesquisas que utilizam exclusivamente dados secundários de domínio público.

4 Resultados e Discussão

A literatura analisada evidencia que a polícia científica exerce papel estratégico na elucidação de crimes por meio da aplicação de métodos científicos especializados.

A genética forense destacou-se como uma das áreas mais relevantes das ciências forenses contemporâneas devido à elevada precisão dos exames de DNA. Os estudos demonstram que a análise genética contribui significativamente para resolução de crimes violentos, crimes sexuais e identificação humana, além de auxiliar na localização de pessoas desaparecidas por meio dos bancos de perfis genéticos.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à importância da cadeia de custódia para preservação da integridade dos vestígios. Falhas na coleta, acondicionamento ou armazenamento das evidências podem comprometer a validade da prova técnica e prejudicar o desenvolvimento da investigação criminal.

A integração entre perícia criminal e inteligência policial mostrou-se fundamental para ampliar a efetividade das investigações. Segundo Ribaux et al. (2010), a inteligência forense permite identificar padrões criminais, conexões entre delitos e atuação de organizações criminosas a partir da análise estratégica dos vestígios coletados.

Os estudos também demonstram crescimento da utilização de tecnologias aplicadas às ciências forenses, incluindo informática forense, toxicologia, balística comparativa e entomologia forense. Essas áreas contribuem para maior precisão dos exames laboratoriais e fortalecimento das investigações criminais.

Entretanto, persistem desafios estruturais relacionados à falta de investimentos, sobrecarga de trabalho e necessidade de constante capacitação profissional. A literatura aponta ainda limitações relacionadas à infraestrutura laboratorial, demora na realização de exames e ausência de padronização metodológica em alguns setores periciais.

Além disso, debates éticos envolvendo privacidade genética, proteção de dados e imparcialidade pericial vêm ganhando destaque na literatura científica contemporânea. Dessa forma, torna-se indispensável que a atuação da polícia científica ocorra com rigor técnico, observância ética e constante atualização metodológica.

De modo geral, os resultados evidenciam que a polícia científica possui papel essencial no fortalecimento da justiça criminal, contribuindo para maior confiabilidade das provas produzidas, redução de erros judiciais e aumento da eficiência investigativa.

Limitações do estudo

O presente estudo apresenta limitações relacionadas à disponibilidade de literatura científica nacional específica sobre polícia científica, especialmente em periódicos indexados. Além disso, parte das fontes utilizadas corresponde a documentos institucionais e manuais técnicos, os quais possuem características metodológicas distintas dos estudos empíricos. Apesar dessas limitações, a revisão permitiu identificar importantes contribuições das ciências forenses para a investigação criminal contemporânea.

5 Considerações Finais

A polícia científica desempenha papel fundamental na investigação criminal contemporânea, contribuindo diretamente para produção da prova material e reconstrução da dinâmica dos fatos por meio da aplicação de métodos técnico-científicos especializados. A utilização de conhecimentos multidisciplinares nas áreas de genética forense, toxicologia, balística, informática forense e análise de vestígios fortaleceu significativamente a capacidade investigativa dos órgãos de segurança pública.

A literatura analisada demonstrou que os avanços tecnológicos ampliaram a precisão dos exames laboratoriais e proporcionaram maior confiabilidade às provas produzidas no processo penal. Nesse contexto, a análise de DNA destacou-se como uma das ferramentas mais relevantes das ciências forenses modernas, possibilitando identificação humana com elevado grau de precisão e contribuindo para resolução de crimes violentos, crimes sexuais e identificação de pessoas desaparecidas.

Outro aspecto relevante identificado durante o estudo refere-se à importância da cadeia de custódia para preservação da integridade dos vestígios. A correta coleta, acondicionamento, transporte e armazenamento das evidências são indispensáveis para garantir autenticidade, rastreabilidade e validade jurídica da prova pericial. Falhas nesses procedimentos podem comprometer completamente os resultados dos exames técnicos e prejudicar o desenvolvimento das investigações criminais.

Observou-se ainda que a integração entre polícia científica, investigação policial e Poder Judiciário constitui elemento essencial para maior efetividade da persecução penal. A atuação conjunta desses órgãos permite utilização estratégica das informações produzidas nos exames periciais, favorecendo a identificação de autores, esclarecimento das circunstâncias do crime e fortalecimento da justiça criminal.

Entretanto, apesar dos avanços científicos observados, persistem desafios relacionados à insuficiência estrutural, déficit de profissionais especializados, necessidade de modernização laboratorial e constante capacitação técnica. Além disso, debates éticos envolvendo proteção de dados genéticos, imparcialidade pericial e confiabilidade metodológica vêm ganhando destaque no cenário das ciências forenses contemporâneas.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento institucional da polícia científica é indispensável para promoção da justiça, segurança pública e garantia dos direitos fundamentais. Investimentos em tecnologia, capacitação profissional, infraestrutura laboratorial e padronização metodológica mostram-se essenciais para aprimorar a qualidade da atuação pericial e consolidar a importância das ciências forenses no sistema de justiça criminal brasileiro.

Referências

AMARAL, M. E. A. Prova pericial no processo penal: a compreensão e os erros forenses. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-25, 2023. Disponível em: [SciELO Brasil](#).

BARROS, F. D. et al. Ciências forenses: princípios éticos e vieses. *Revista Bioética*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-10, 2021. Disponível em: [SciELO Brasil](#).

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Vestígios biológicos e técnicas moleculares aplicadas na investigação criminal*. Brasília: MJSP, 2021. Disponível em: [MJSP](#).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Perícia criminal para magistrados*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: [CNJ](#).

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. *Exame e levantamento técnico-pericial de locais de interesse à justiça criminal*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [USP Teses](#)

GUIMARÃES, S. E. F. *Forensic entomology in research and practice*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2022. Disponível em: [UFV](#).

MORELATO, M. et al. Forensic intelligence framework – Part I. *Forensic Science International*, Amsterdam, v. 236, p. 181-190, 2014. DOI: 10.1016/j.forsciint.2013.12.045.

POLÍCIA CIENTÍFICA DE ALAGOAS. *Manual de perícia criminal*. Alagoas: Polícia Científica de Alagoas, 2020. Disponível em: [Polícia Científica de Alagoas](#). RIBAUUX, O. et al. Intelligence-led crime scene processing. Part I: Forensic intelligence. *Forensic Science International*, Amsterdam, v. 195, n. 1-3, p. 10-16, 2010. DOI: 10.1016/j.forsciint.2009.10.027.

RIBAUUX, O.; TALBOT WRIGHT, B. Expanding forensic science through forensic intelligence. *Science & Justice*, Londres, v. 54, n. 6, p. 494-501, 2014. DOI: 10.1016/j.scijus.2014.05.001.

RODRIGUES, C. V. Perícia criminal: uma abordagem de serviços. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 17, n. 4, p. 843-857, 2010. Disponível em: [SciELO Brasil](#).

RODRIGUES, C. V. Um método para medição de desempenho do serviço de perícia criminal. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 381-394, 2017. Disponível em: [SciELO Brasil](#).

SILVA, Rute Xavier et al. *Vivência de peritos criminais sobre vestígios forenses não preservados por profissionais da saúde e segurança*. Recife: IFPE, 2022. Disponível em: IFPE Repositório.